

UNIVERSIDADE DE ZAGREB
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ROMÂNICOS
MESTRADO EM LÍNGUA E LITERATURA PORTUGUESA

A INFLUÊNCIA CISTERCIENSE NA CULTURA MEDIEVAL DE PORTUGAL

Estudante: Ines Ivić

Orientadora: dr.sc.Majda Bojić

Zagreb, setembro 2014.

ÍNDICE

RESUMO	3
SAŽETAK.....	4
INTRODUÇÃO.....	5
1. OS BENEDITINOS REFORMADOS – OS CISTERCIENCES	7
1.1. O IDEAL CISTERCIENSE - JERUSALÉM CELESTIAL.....	9
1.2. OS CISTERCIENSES E A FAMÍLIA REAL	11
1.3. A LUTA CONTRA OS MOUROS	14
1.4. JOAQUIM DE FIORE E O SEBASTIANISMO	16
2. O GÓTICO CISTERCIENSE.....	18
2.1. O MOSTEIRO DE ALCOBAÇA.....	21
2.2. AS PRIMEIRAS ESCULTURAS GÓTICAS	23
3. AS PRIMEIRAS ESCOLAS PÚBLICAS.....	26
3.1. A UNIVERSIDADE DE LISBOA	28
4. PRODUÇÃO ESCRITA.....	31
4.1. MONARQUIA LUSITANA.....	34
5. A ORDEM DE CISTER ATÉ À ABOLIÇÃO DAS ORDENS MONÁSTICAS	36
6. CONCLUSÃO.....	39
LITERATURA	41

RESUMO

Este trabalho irá abranger a influência e o impacto dos beneditinos reformados, chamados também os cistercienses, no desenvolvimento cultural, político e nacional de Portugal desde o século XII até à proibição de atividades da Ordem e à confiscação da sua propriedade no ano 1834. A ênfase será colocada no período da Idade Média, quando os membros da Ordem estavam presentes em todas as áreas da vida política e social. O objetivo é apresentar os impactos diretos das suas atividades nas artes, especialmente na arquitetura, na educação e na produção escrita, mas também esclarecer a sua importância política e a contribuição na formação do reino Português e a identidade nacional. A ideia é mostrar, através deste trabalho, como os cistercienses posicionaram Portugal no mapa cultural da Europa. A manutenção das relações políticas e culturais com outros mosteiros cistercienses da Europa, principalmente em França, introduziram aspetos da cultura contemporânea em Portugal. Graças a eles, hoje temos preservado um grande número de manuscritos medievais, códices e documentos, a maioria dos quais vêm da biblioteca do mosteiro de Alcobaça. A preservação e a herança do conhecimento foi uma das principais razões que levaram os cistercienses, juntamente com os monges do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e São Vicente de Fora em Lisboa, a fundar a primeira universidade em Portugal, a Universidade de Coimbra. A pesquisa foi feita através da literatura portuguesa que problematiza este tema, livros históricos e artigos científicos.

Palavras-chave: Idade Média, Ordem de Cister, Alcobaça, influência cultural

SAŽETAK

U ovom radu će biti prikazan utjecaj reformiranih benediktinaca, poznatijih kao cisterciti, na kulturni, politički i nacionalni razvoj Portugala od 12. stoljeća pa sve do zabrane djelovanja crkvenih redova i konfiskacije njihove imovine 1834. godine. Naglasak je stavljen na period srednjeg vijeka kada su pripadnici ovog reda bili prisutni u svim područjima političkog i društvenog života. Ovaj rad nastoji pokazati direktne utjecaje njihovog djelovanja u umjetnosti, posebno u arhitekturi, školstvu i pisanom stvaralaštvu, ali i pojasniti njihovu ulogu u formiranju portugalskog kraljevstva i nacionalnog identiteta. Cilj je prikazati kako su cisterciti omogućili pozicioniranje Portugala na mapi moderne Europe, održavajući veze s brojnim samostanima, prvenstveno francuskim. Zahvaljujući cistercitima, danas imamo sačuvane brojne srednjovjekovne manuskripte. Zajedno s redovnicima samostana São Vicente Fora u Lisabonu i Santa Cruz u Coimbri osnivaju prvo sveučilište u Portugalu. Ovo istraživanje i rad su nastali proučavanjem knjiga s portugalskog govornog područja koje se bave spomenutom problematikom te znanstvenih članaka na spomenutu temu.

Ključne riječi: srednji vijek, cistercitski red, Alcobaça, kulturni utjecaj

INTRODUÇÃO

Depois da queda do Império Romano, muitas tribos germânicas do norte invadiram e conquistaram a Europa e chegaram até a Hispânia. Estas tribos, principalmente Vândalos, Visigodos e Suevos, ficaram no território de Portugal até à invasão dos Árabes. No início do século VIII, quando na Europa se formaram reinos como França, as tribos invasoras muçulmanas chegaram à Europa, conquistando primeiro o norte de África. No ano de 711, os Mouros, tribos berberes e árabes da África, conquistaram a Península Ibérica, forçando os Visigodos a fugir para as montanhas no norte de Península onde fundaram o Reino de Astúrias. No território recém-conquistado, os Árabes instalaram o califado de Córdoba, que também se espalhou no território de Portugal e que durou até à Reconquista e liberação desta área nos séculos XII e XIII.

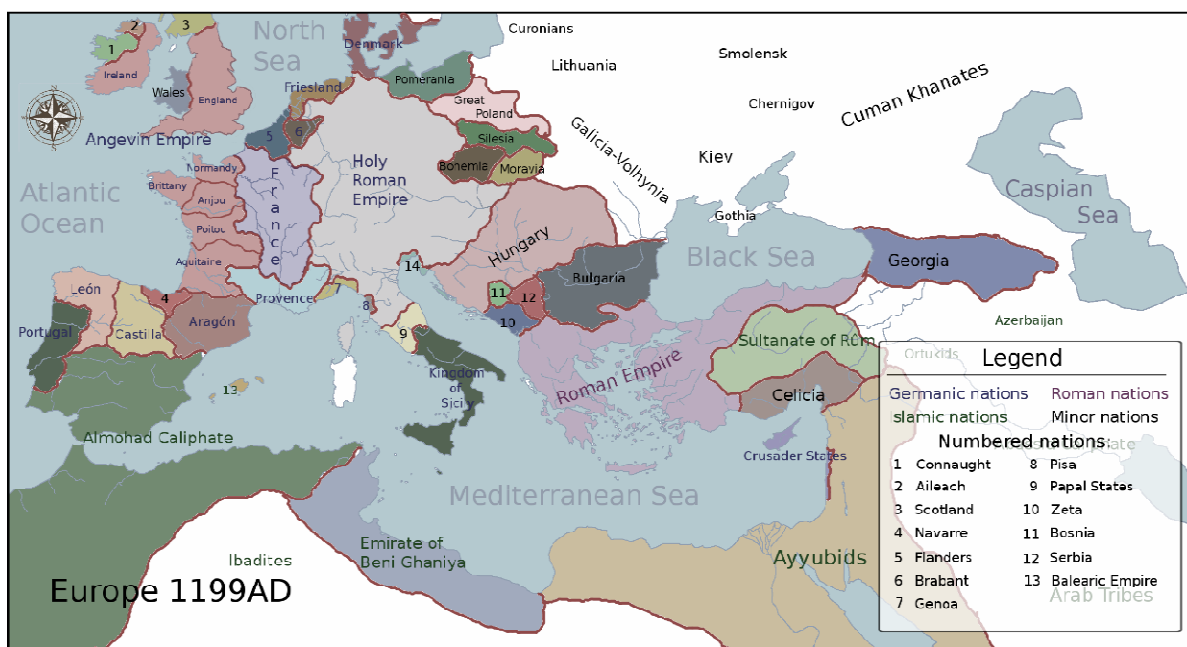


Figura 1 Europa no fim do século XII

Com a criação dos reinos na Europa, cujos reis acreditavam que tinham sido nomeados para altos cargos apenas pela providência de Deus e que tinham a sagrada missão de lutar contra os infiéis, nasceu a ideia de libertação de Jerusalém do domínio árabe. A ideia não incluiu apenas Jerusalém, mas também todo o território sob ocupação muçulmana. Assim, no final do século XI muitos cruzados vieram ajudar os reis de Castela, Leão e Aragão a reconquistar a Península Ibérica. A Reconquista do território de Portugal, na primeira metade de século XII, permitiu a fundação do reino de Portugal com D. Afonso Henriques como primeiro rei.

Na mesma época em que os árabes aparecem na Península Europeia, na Europa Ocidental começaram-se a desenvolver comunidades monásticas, geralmente estabelecidas em regra de São Bento. Nestes primeiros séculos a maioria delas estavam dispersas e sem fortes relações com outros mosteiros. Sem uma concepção clara de vida monástica, a vida espiritual começou a enfraquecer (os monges casaram-se, usaram o poder que tinham para seus próprios negócios, não frequentavam a missa etc.) e a maioria dos mosteiros e monges tornaram-se proprietários feudais. A reação a este enfraquecimento de disciplina da vida monástica foi a reforma que implementaram os monges no mosteiro de Cluny, em França, no início do século X. Como passar do tempo, eles estabeleceram boas relações com reis cristãos, o que possibilitou a expansão no território de toda Europa, e junto com isso grande riqueza e poder. No século XI, com os monges que estavam insatisfeitos com o modo como estes monges viviam e não praticavam a regra do São Bento, a ordem de São Bento foi mais uma vez reformada.

1. OS BENEDITINOS REFORMADOS – OS CISTERCIENCES

A Ordem de São Bento ou Ordem Beneditina foi fundada no século VI, quando São Bento escreveu a Regra Beneditina para a abadia de Monte Cassino na Itália. Ele pregava pobreza, obediência, oração, trabalho, promoção da educação, obrigação de hospedar peregrinos e viajantes em seus mosteiros e obrigação de dar assistência aos pobres. Na Alta Idade Média, a Ordem beneditina tornou-se mais forte e espalhou-se por toda a Europa através da criação de uma rede de mosteiros que estavam subordinados ao mosteiro de Cluny. A reforma, introduzida no século X, tinha como objetivo a obrigação de propagar os postulados de São Bento.

Após algum tempo, os membros desta Ordem ignoravam os postulados principais, principalmente a ascese e a renúncia dos bens materiais, e adquiriram grande riqueza. O posicionamento da abadia de Cluny na rota peregrina a Santiago de Compostela garantiu-lhes dinheiro abundante. A independência que tinham dos governantes eclesiásticos e seculares e a ligação direta ao Papa deu-lhes poder e grande influência política. Isso foi uma das razões pelas quais a abadia de Cluny foi destruída na revolução francesa.

São Roberto¹, um monge beneditino na abadia de Montier-la-Celle, insatisfeito com a maneira como desrespeitaram os postulados do São Bento, foi para Molesme em 1098, e fundou um ramo dos beneditinos reformados com as regras estritas da vida monástica. Algumas das regras principais foram: a estrita observância de ascetismo, a abstinência de comer carne e a obrigação de participar em vários ofícios e trabalhos. Ao contrário dos monges e mosteiros beneditinos que estavam subordinados à abadia de Cluny, os mosteiros cistercienses eram independentes, mas mutuamente tinham mantido contactos entre abadias. A relação entre os mosteiros foi determinada no documento *Carta Caritatis*² que afirma a independência da comunidade monástica, o direito de eleger o abade e a independência dos bens materiais da comunidade. Toda a terra que pertencia a uma comunidade monástica era

¹ São Roberto de Molesme foi fundador da abadia de Claraval. Foi canonizado em 1220 pelo Papa Honório III.

² O documento foi escrito em 1119 por São Stephen Harding.

somente deles, e não da Ordem em geral. Muitas vezes os membros da Ordem de Cister são referidos como os monges brancos, referindo-se à cor do seu hábito, que foi mais uma maneira de se diferenciarem dos beneditinos, que vestem hábito preto.

No século XII, São Bernardo, que foi erradamente considerado o fundador da Ordem, tornou-se cisterciense e começou a estabelecer mosteiros em toda a Europa. Juntamente com 12 irmãos fundou uma nova abadia de Claraval e logo começou a levantar outros mosteiros em toda a França. Não demorou muito tempo para criar o primeiro mosteiro em solo britânico. Em 1128 foi fundada a abadia em Surey e em 1131 São Bernardo fundou a abadia de Rievaulx que se vai tornar num ponto fucral da vida e da reforma cisterciense na Ilha. Rapidamente começou a estabelecer as abadias em torno da Europa ou mesmo a reformar os mosteiros existentes. Já no século XII começaram a expandir-se até à Espanha, Portugal, Hungria, Alemanha e Itália. Na Croácia, os primeiros cistercienses vinham de Claraval no início do século XIII e fundaram a abadia de Topusko.



Figura 2 São Bernardo, Século XII

1.1. O IDEAL CISTERCIENSE - JERUSALÉM CELESTIAL

*Cada mosteiro digno representa um corpo através do qual a vida segundo a Regra é em primeiro lugar possível, depois racionalizada e finalmente simbolizada. (...) Todo o bom mosteiro ambiciona ser uma representação da Civitas Dei.*³

A vida monástica durante a Idade Média tentaria alcançar um ideal; aproximar-se de *Jerusalém Celestial*, o que foi possível apenas pela vida devocional: oração, trabalho, jejum, solidão e silêncio. Nas suas atividades continuaram a seguir o lema beneditino: *Ora et Labora*. O ideal cisterciense reflete-se nas igrejas que construíram e que deviam refletir *Jerusalém Celestial* no paraíso terrestre. A arquitetura reflete a espiritualidade; o caráter funcional reflete-se no serviço da liturgia.

A ligação entre a arquitetura cisterciense e a espiritualidade pode ser encontrada na obra do São Bernardo *De Consideratione* onde na pergunta: *O que é Deus?* ele responde que: *Ele é o comprimento, a largura, a altura e a profundidade*, sublinhando no fim que...*a arquitetura deve refletir a Deus.*⁴ Por isso, quando construíram o mosteiro, usavam a abadia de Claraval como modelo, imitando a disposição espacial: basílica com transepto, a parte traseira de nave reta, as capelas laterais e traseiras em estilo gótico. Havendo sempre a preocupação de evitar um interior luxuoso. Com o estatuto geral da Ordem foi proibido decorar a igreja com as esculturas, murais e ornamentos dourados. A única obra permitida na igreja foi o crucifixo que, naturalmente, cada igreja deve ter.⁵ Assim, queriam colocar a ênfase na espiritualidade

³Wolfgang Braunfels, *Monasteries of Western Europe – The architecture of Orders* (London: Thames&Hudson, 1993: introduction). Citado em: Ana Maria Tavares Martins, *Os Mosteiros Cistercienses na Região das Beiras* (Viseu: Quartzo Editora, 2012), 21

⁴Ana Maria Tavares Martins, *Cistercian's in Portugal: From order to congregation- an architectonic point of view*:9, Ubi Thesis – Conehecimento Online (<https://ubithesis.ubi.pt/handle/10400.6/692>); consultado:13.04.2014.

⁵Nancy Kinder, *Cistercian Europe: Architecture of Contemplation* (Grand Rapids: W.B.EerdmansPub.Co., 2002) 358

em vez da materialidade. A arte cisterciense, especialmente a arquitetura, estava determinada por estes princípios, e por isso mesmo despojada.⁶

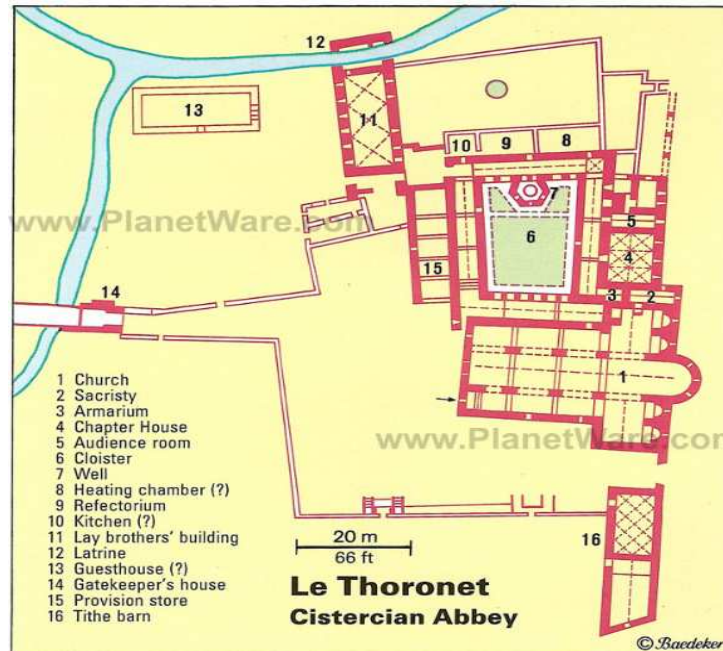


Figura 3 Planta do mosteiro de Thoronet, França

A arquitetura de mosteiro reflete os postulados em que a planta foi concebida. No Norte, onde está a Igreja - *Espírito*. No Leste, onde estavam o escritório, a sala de capítulo e a sacristia - *Alma*. No sul, onde estão todos os quartos importantes para a vida diária, como cozinha e casa de banho - *Corpo*. A posição dos quartos reflete os princípios opostos de *céu-terra* e *matéria-espírito*.⁷ O mosteiro deve ter uma fonte de água, um moinho, um jardim e uma variedade de oficinas para que os monges não devessem sair do mosteiro, porque a saída prejudicaria a sua alma. Sabemos que existiam vários locais ligados às atividades produtivas: o celeiro, a adega, a sapataria, a tulha, o forno. Entre outras coisas, deveria ter um noviciado, dormitório, cemitério, biblioteca e escritório.⁸ Assim, criaram uma cidade ideal, com o necessário para se autossustentarem. Os mosteiros normalmente encontram-se numa área rural, longe das cidades populosas, onde se integram perfeitamente no ambiente em que estão instalados. Mesmo que o

⁶ Ana Maria Tavares Martins, *Cistercian's in Portugal*, 7

⁷ *Ibid.*, 10

⁸ Saint Benedict, *The Rule of St. Benedict* (Grand Rapids: Christian Classics Ethereal Library, 1949), Chapter 46, Chapter 66; Nancy Kinder, *Cistercian Europe: Architecture of Contemplation*, 371

fundamento da vida monástica fosse a oração, a agricultura era a única maneira que tinham para se sustentarem.

1.2. OS CISTERCIENSES E A FAMÍLIA REAL

Depois de várias tentativas de estabelecimento do seu mosteiro em Portugal, D. Afonso Henriques chamou-os oficialmente a Portugal para mostrar a sua gratidão pelo apoio de Deus na luta contra os infiéis. Isso aconteceu após a batalha e a vitória contra os Mouros, e a conquista da cidade de Santarém no ano de 1147. No século XII foi quase impossível separar as ações dos cistercienses e da realeza. Após a *Batalha de Ourique* no ano 1139, D. Afonso Henriques foi proclamado rei. Neste momento, Braga era a capital religiosa do reino, Guimarães a capital política e Portucale⁹, na foz do rio Douro, a verdadeira metrópole comercial onde eram feitas as diversas trocas comerciais. As fronteiras no sul do reino eram determinadas até a cidade de Coimbra. A Reconquista iniciada pelo rei no ano de 1147, liberou o território sul de Coimbra, Santarém e Lisboa, que estavam sob ocupação islâmica. Durante a batalha, o rei pediu a São Bernardo a mediação entre exército cristão e Mouros, e em gratidão disso, deu aos cistercienses terras onde, mais tarde, construíram o mosteiro de Santa Maria em Alcobaça. Esta lenda de fundação é mostrada nos azulejos do mosteiro, feitas no século XVI.¹⁰ Logo depois desta doação de quase 40 mil hectares de terra, o Papa Alexandre III legitimou o título de rei a D. Afonso Henriques.

Os mosteiros de S. João de Tarouca e de Santa Maria de Alcobaça destacam-se por serem ambos as casas-mãe de um grande número de mosteiros. A fundação do mosteiro em Alcobaça marcou o início da redução da dependência dos mosteiros portugueses dos franceses, mas isso não significa a redução das relações culturais entre eles. Com eles relacionam-se as duas rodas de características geográficas, temporais e artísticas, pelas quais o mosteiro em Tarouca relaciona-se com o início da ação de Cister e o mosteiro em Alcobaça com a expansão e a criação de novos mosteiros, em Portugal.¹¹ O mosteiro de Alcobaça tornar-se-á o centro da província autónoma cisterciense no século XVI.

⁹ Hoje, a cidade do Porto.

¹⁰ Ana Maria Tavares Martins, *Os Mosteiros Cistercienses na Região das Beiras* (Viseu: Quartz Editora, 2012), 9

¹¹ *Ibid.*, 18



Figura 4 Mosteiros Cistercienses em Portugal

Entre outras coisas, os cistercienses tinham a missão de povoar as áreas recém-capturadas dos Mouros. Foram convidados a viver nas áreas de baixa densidade populacional onde desenvolveram agricultura. A construção dos mosteiros foi uma maneira para consolidar a área da Estremadura que era a fronteira entre Cristãos e Muçulmanos nesta época.

Tradicionalmente o mosteiro de São João da Tarouca está citado como o primeiro mosteiro estabelecido no ano de 1143. No mesmo ano, quando o rei de Leão e Castela reconheceu a D. Afonso Henriques título de rei da Portucalense terra, os monges cistercienses ocuparam um antigo mosteiro beneditino e submeteram-no à sua doutrina. Mas o primeiro mosteiro que explicitamente menciona a nova Regra é São Cristóvão em Lafões, que foi considerado como pioneiro da observância em Portugal. No ano de 1137, o rei D. Afonso Henriques deu ao mosteiro de Lafões uma carta de couto. Os primeiros abades deste mosteiro, João Cinta e João Peculiar que vieram de França, foram mais meritórios para a ampliação dos mosteiros e monges cistercienses em Portugal. O objetivo da sua chegada era somente fazer a reforma dos mosteiros existentes e estabelecer outros novos.¹²

Neste tempo, todos os mosteiros cistercienses foram fundados como doações reais ou dotação da família real. Os mosteiros como os de Lorvão (1206), Celas (1215), Arouca (1224-1226) e São Bento de Castris, foram dotados pelas filhas do rei D. Sancho, que apoiavam fortemente monges, e mais tarde as monjas da Ordem. A razão é que, durante a Idade Média, era comum a prática de enviar uma das filhas reais, se não fosse filha única, para o mosteiro.¹³ Em gratidão pelo apoio financeiro, os doadores por sua vez recebiam um lugar privilegiado de sepultamento na própria igreja, localizado mais perto do altar principal, o mais próximo de Cristo. Como destaca José Mattoso, *a razão da rápida expansão cisterciense foi em boa parte por causa de apoio da alta nobreza e da confiança do Rei.*¹⁴

¹²Manuel Luis Real, “A construção cisterciense em Portugal durante a Idade Média”, em: *Arte de Cister em Portugal e Galiza* (Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1998), 46

¹³Ibid., 53

¹⁴José Mattoso, “A nobreza medieval portuguesa e as correntes monásticas dos séculos XI e XII”, em: *Revistade História Económica e Social*, 3/4 (1982): 44

1.3. A LUTA CONTRA OS MOUROS

No início do século VIII, a Península Ibérica foi invadida e ocupada pelos povos do norte de África, Muçulmanos, que estabeleceram fortes centros de poder em Portugal e na Espanha. O único enclave cristão foi o reino nas montanhas das Astúrias, de onde começaram os primeiros confrontos de cristãos e muçulmanos que ocuparam a maioria da Península. No sul do recém-fundado reino português, os mosteiros de cistercienses foram a primeira linha de defesa, mas também os marcadores do território. Ajudaram nesta luta com as suas orações e por isso produziram muitos livros de horas e orações. Por causa da constante ameaça dos Mouros, durante a Idade Média, na Península Ibérica foi popularizado o livro e o tema de Apocalipse. O mérito disso vai para o Beato de Liébana, monge e teólogo das Astúrias, que em meados do século VIII escreveu os comentários sobre o último livro da Bíblia, *o Apocalipse*. Como o dia do juízo final não acontecia, a data do fim do mundo estava constantemente a ser prolongada¹⁵ e o perigo dos Mouros estava ainda presente, *o Apocalipse* tornou-se numa das mais importantes leituras entre cristãos da Península Ibérica. Com a antecipação do ano 1000 e a sua passagem, *o Apocalipse* passou a ser ainda mais importante, não sendo por isso surpreendente que alguns dos mais belos exemplares tinham pertencido, ou pertenceram, às bibliotecas dos mosteiros no território de Portugal.

No escritório do mosteiro do Lorvão, durante o reinado de Sancho I, provavelmente no ano de 1189, foi feito um dos mais famosos exemplares que trata deste tema, *O Apocalipse do Lorvão*. Este manuscrito iluminado é um dos primeiros feitos, e ainda sobreviventes, no reino de Portugal. Em termos de conteúdo, é só a cópia de comentários do Beato, um dos trinta preservados no território de Portugal e de Espanha, e faz parte de uma coleção de códices iluminados chamados *Beatos*, baseados no Beato de Liébana.¹⁶

¹⁵ Das muitas datas que estavam a prever o fim do mundo, ao longo da história, as mais famosas foram anos 500, 800 e 1000. Beato de Liébana, em seus *Comentários*, afirmou que apenas faltava 14 anos até o fim do mundo, ou seja, na chegada do ano 800. A confirmação disso ele viu na conquista da Península Ibérica pelos Mouros. Com a chegada de novo milénio, em 1000, de acordo com alguns historiadores, a Europa foi tomada pelo pânico e de expectativa pela chegada de Cristo. Joaquim de Fiore, coloca o início da Terceira Idade, que será sugerida com um cataclismo, entre os anos de 1200 e 1260.

¹⁶ Outros exemplos: *Beato de Girona*, *Beato de San Millan de La Cogolla*, *Beato do Burgo de Osma*, *Beato de Saint Server*, *Beato de Turim* e *Beato de Valcado*.

O *Apocalipse de Lorrão*, não é só um livro para usar durante a missa ou oração. Na sua essência, é uma crítica de artes, cultura, religiosidade e organização cluniacense, mas também, em contexto português, representa uma combinação de atitudes políticas, sociais e religiosas. Este livro mostra um outro aspeto da cultura e vida quotidiana em Portugal durante a Idade Média. Podemos ver, nomeadamente, que tipo de traje era usado nesta época. Usavam uma longa túnica sobre a qual vestiam uma capa, que também era o costume no mundo moçárabico. Este livro também revela que tipo de sapatos usavam e que estilo de cabelo era popular entre as mulheres.¹⁷



Figura 5 *Apocalipse do Lorrão, Mensagem a Éfeso* (fl. 49), 1189

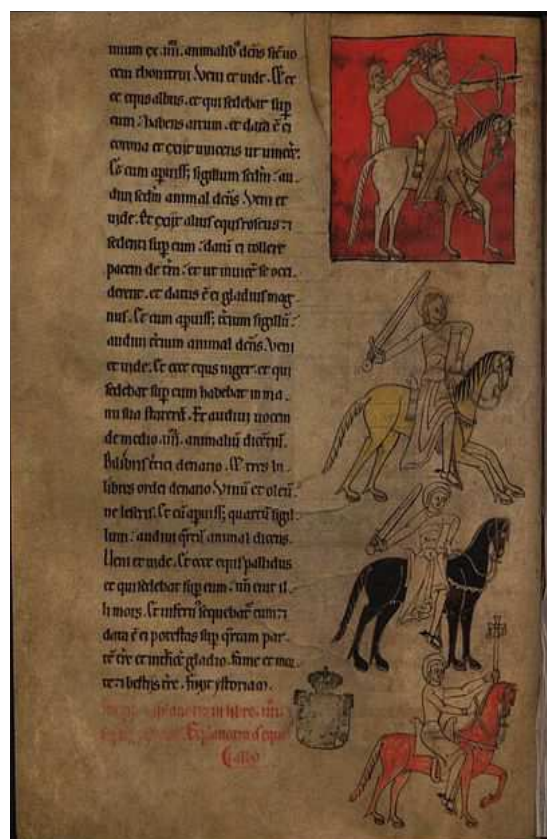


Figura 6 *Apocalipse do Lorrão, Os Quatro Cavaleiros* (fl. 108v), 1189

¹⁷ Antonio Henrique R. de Oliveira Marques, *Daily life in Portugal in Late Middle Ages* (Madison: University of Wisconsin Press, 1971), 41

1.4. JOAQUIM DE FIORE E O SEBASTIANISMO

A outra razão para a popularidade das representações do Apocalipse é a doutrina de Joaquim de Fiore, teólogo, filósofo e místico, que viveu no século XII e que pertenceu à Ordem de Cister. Embora tivesse abandonado a Ordem depois de algum tempo e fundado uma nova Ordem, a dos Florenses, os seus ensinamentos tiveram influência, principalmente entre cistercienses e franciscanos. Estudou o tema do Apocalipse, sobre o qual escreveu comentários e as suas interpretações. Segundo ele, desde o início do mundo, existem três períodos que correspondem às três pessoas de Santíssima Trindade. A primeira idade, pertence ao Pai, era o período de poder absoluto e corresponde ao Antigo Testamento. A segunda idade, pertence ao Filho, e revela a sabedoria divina que foi escondida. Começou com o nascimento de Cristo e a fundação da Igreja e corresponde ao Novo Testamento. Este período é contemporâneo da vida de Joaquim de Fiore, mas também da nossa época. E a Terceira Idade, ainda por vir, corresponde ao domínio do Espírito Santo. Um tempo novo onde o amor universal e a igualdade entre todos os membros da Igreja seriam alcançados. No Império do Divino Espírito Santo, as leis evangélicas seriam finalmente realizadas, não só na sua letra mas no seu espírito. A mensagem que nelas está escondida seria finalmente compreendida e aceite pela humanidade.¹⁸ O fim da Segunda Idade, será prenunciada por um cataclismo. Após essa transição dolorosa, a unidade cristã seria alcançada e os judeus veriam a verdade do Novo Testamento. O Império do Divino Espírito Santo seria a apoteose da História, durando até ao fim dos tempos, apenas terminado com a glória da segunda vinda do Redentor.

Embora os seus ensinamentos tivessem grande impacto na Ordem de São Francisco, que na figura do mensageiro da Terceira Idade viram São Francisco, os cistercienses ainda continuaram a seguir a doutrina de Joaquim de Fiore, mas de um modo não tão radical como os franciscanos. Começaram a espalhar o ensino deste monge ex-cisterciense em Portugal, durante o reinado da rainha Isabel quando foi introduzido o culto do Espírito Santo. Este culto, mais tarde, transformou-se em sebastianismo, movimento místico que surgiu na segunda metade do século XVI, após a morte do rei D. Sebastião na batalha de Alcácer Quibir. Com a

¹⁸ Cláudio Reichert do Nascimento, “Joaquim de Fiore: Trindade, história e milenarismo-Joachim of Fiore: Trinity, history and millenarianism“, em: *Mirabilia - Revista electronica de Antiguidade e Idade Média*, 14 (2012/1), 91

morte de D. Sebastião, Portugal perdeu a sua independência e o rei da Espanha passou a ser o rei de Portugal. Foi ele a quem foi entregue o corpo do morto rei D. Sebastião e quem o mandou enterrar no Mosteiro dos Jerónimos. Como ninguém viu o corpo do rei, começou a nascer o mito de que o rei nunca teria morrido e que um dia voltaria. Neste caso, o messiânico aspeto do sebastianismo podemos observar como reflexão parcial das ideias de Joaquim de Fiore, onde à Terceira Idade corresponde o Quinto Império de profecias de Bandarra¹⁹. O rei-salvador vai salvar o seu povo do sofrimento e do desespero, e fundar o Quinto Império que vai dominar o mundo.²⁰ Reflexões destas ideias estarão presentes na cultura portuguesa, principalmente na literatura de Padre António Vieira²¹ e Fernando Pessoa.²²

¹⁹ Gonçalo Annes Bandarra foi um sapateiro português que vivia no século XVI. Foi bom conhecedor do *Antigo Testamento* e escreveu muitas trovas com carácter messiânico onde previa o futuro de Portugal como reino universal. No livro de João de Castro, *Paráfrase e Concordância de Algumas Profecias de Bandarra*, publicado em Paris em 1603, o autor interpreta os versos de Bandarra como profecia do regresso do rei D. Sebastião.

²⁰ Álvaro Cardoso Gomes, Alzira Lobo de Arruda Campos, Eliane de Alcântara Teixeira, “O sebastianismo: uma reflexão histórica e literária do mundo”, em: *Lux et virtus* 10 (2014): 82

²¹ A crença do Quinto Império, na cultura portuguesa foi implementada pelo Padre António Vieira que baseia no livro do *Antigo Testamento*, o *Livro de Daniel*. Neste livro o profeta Daniel interpreta o sonho do rei Nabucodonosor, que num sonho viu uma estátua com cabeça de ouro, braços e peito de prata e ventre de bronze. As pernas foram feitas de uma mistura de barra e de ferro. De repente, estátua foi destruída pela grande pedra e dela permaneceu só poeira. Daniel interpretou que cada parte representa um dos quatro grandes impérios: Babilónia, Média-Persia, Grécia, e Roma. A pedra que a destruiu, simboliza o reino do Deus na terra, que vai dominar todos os reinos. Segundo os pensamentos de Padre António Vieira, o Quinto Império, o que vai suceder aos anteriores na sua grandiosidade, seria o Império Português. As ideias de um império cristão e português que vai dominar o mundo são apresentadas no seu livro *História do Futuro*.

²² No livro *Mensagem*, Fernando Pessoa, prenuncia a chegada de um novo império, que, como nos pensamentos de Padre António Vieira, vai ser um grande império português. Embora todo o livro esteja fortemente marcado com motivos nacionais e simbolismo histórico, o misticismo nacional, sebastianismo, é melhor expresso no poema *Quinto Imperio*: „Grécia, Roma, Críandade/Europa - os quatro se vão /Para onde vai toda a idade /Quem vem viver a verdade/ Que morreu D.Sebastião.“

2. O GÓTICO CISTERCIENSE

(...) quando o Gótico chega a Portugal chega por via cisterciense. Despojado e frio, claro e plano, luminoso e “branco”. Resta saber, aliás se a própria arquitetura portuguesa, de outros séculos vindouros não devem muito, ou quase tudo, a esta estética cisterciense que teimosamente perdurou. Eis um programa de pesquisa a desenvolver: o da ‘longa herança’ cisterciense.²³

Na primeira metade do século XII, em França, apareceu um novo estilo que Giorgio Vasari pejorativamente chamou arte gótica, associando-o a uma origem bárbara por oposição ao renascimento italiano. Para o surgimento de novas tendências artísticas, a pessoa mais importante foi o abade Suger que decidiu renovar a igreja da abadia de Saint Denis, perto de Paris, no ano de 1140. O novo estilo, que não somente incluiu uma nova expressão, mas também novas técnicas de construção que substituíram as paredes maciças de igrejas e catedrais românicas, permitiu uma construção mais alta, aberta com janelas a realçar a luz. Os edifícios góticos não são apenas uma expressão de religiosidade, mas também uma coleção de todo o conhecimento do seu tempo: astrologia, matemática e teologia. A introdução do arco quebrado enfatiza a verticalidade e transparência em direção a Deus, para o celestial. A transparência é enfatizada para criar a impressão de espaço irreal, que vai refletir Jerusalém Celestial, à qual devia aspirar o homem medieval, em suas aspirações espirituais.

Já em meados do século XII, começam-se a elevar as basílicas monumentais, abobadadas com abóbada em cruzaria e com arcos quebrados que permitam o alívio da parede.

²³ Paulo Pereira, *2000 anos de arte em Portugal* (Lisboa: Temas e Debates, 1999), 155

De fora eram sustentadas com contrafortes que permitiram a dissolução da parede com as janelas e galerias, decoradas com ornamentos.²⁴De acordo com São Bernardo a decoração da igreja era uma distração da devoção, e numa carta ataca-a:

*Mas, no claustro, à vista dos monges que estão a ler, porque precisa de tal monstruosidade ridícula? Porque esses macacos feias, porque esses leões ferozes, porque os centauros monstruosos, porque semi-humanos, porque tigres malhados, porque combate de soldados, porque caçadores? Em suma, há uma variedade tão grande e uma tal diversidade de formas estranhas em todos os lugares que possamos preferir ler os mármore, em vez de os livros.*²⁵

Portanto, os cistercienses tinham de simplificar a expressão, mas manterem os princípios gerais de edificação e construção. O plano racional de salas desprovidas de ornamento, sujeitas à espiritualidade, reflete os ideais da Ordem. As salas de convento foram agrupadas ao redor do claustro central de onde se podia entrar para a igreja através do transepto. As igrejas foram construídas como basílicas, muitas vezes com transepto em linha reta e inúmeras capelas ao longo da abside principal, entretanto com uma parede no meio da nave (*tramezzo, choir screen*) que separava os monges dos leigos. Por causa do reduzido estilo gótico, os mosteiros cistercienses, na sua maioria, copiavam o mosteiro em Claraval, evitando assim uma linguagem e formas inadequadas. Uma disposição semelhante têm mosteiros e igrejas em Beaulieu, Fontenay e Alcobaça.²⁶

A expansão da Ordem de Cister na Europa, chegou à padronização da arquitetura, não só pelo tipo e estilo, mas também para a localização do mosteiro na área, bem como as unidades espaciais dentro das igrejas do mosteiro, edifícios industriais e agrícolas. Este tipo de

²⁴ Rolf Toman, *Gothic: Architecture, Sculpture, Painting* (Königswinter: Ullmann & Konemann, 2007), 9

²⁵ Geoffrey Galt Harpham, *On the Grotesque: Strategies of Contradiction in Art and Literature* (Princeton: Princeton University Press, 1982), 39

²⁶ Ana Maria Tavares Martins, *Os mosteiros Cistercienses na região das Beiras*, 70

arquitetura tornou-se tão comum, que os cistercienses começaram usar o termo *o nosso modo* para descrever e destacar as particularidades desta arquitetura.

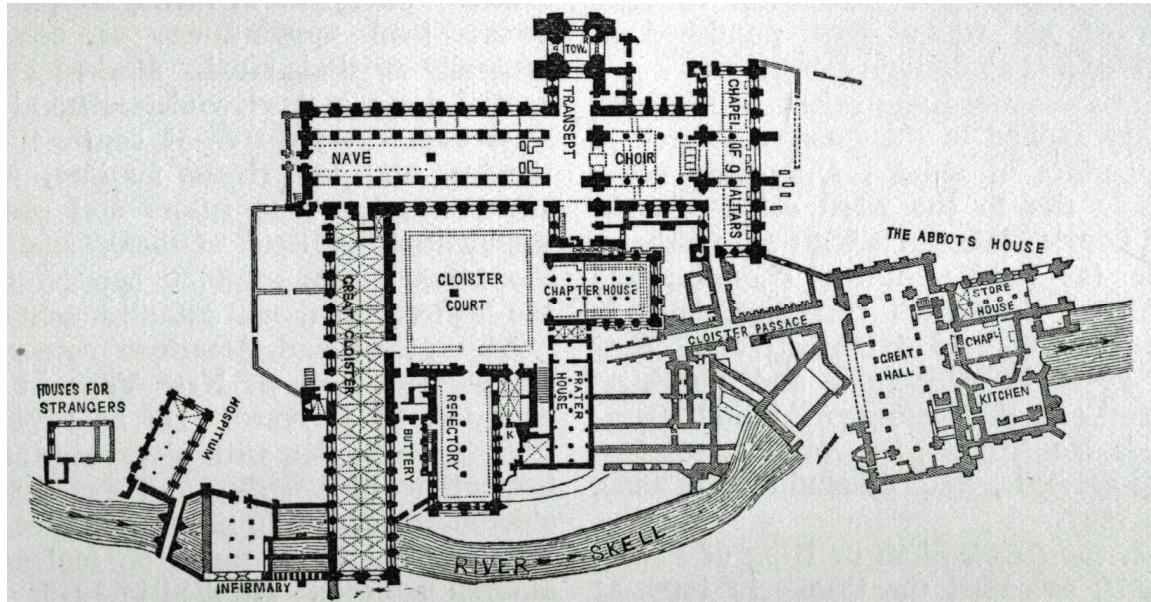


Figura 3 Planta do mosteiro em Fontenay

No famoso caderno do mestre Villard de Honnecourt, que viveu no século XIII, existe um desenho de igreja ao lado do qual escreve: *Esta igreja foi construída de quadrados*²⁷ *da Ordem de Cister*²⁸, assim comprovando a existência de um plano ideal. No entanto, independentemente da existência de um plano ideal, é difícil encontrar duas abadias com exatamente a mesma planta, por causa da influência da tradição local. Além de inúmeras reconstruções ao longo do tempo, temos de ter em conta que os impactos locais influenciaram alguns aspetos de construção. Mas, na sua essência, todos os mosteiros seguem a ideia do mosteiro de Claraval. Mais ainda, seguem os princípios técnicos de construção gótica e transmitem-nos a toda a Europa. Enquanto os cistercienses são mais responsáveis pela disseminação do estilo gótico, os franciscanos e dominicanos são portadores dele na Idade Média.

²⁷ Alusão ao módulo quadrado utilizado na construção.

²⁸ Ana Maria Tavares Martins, *Os mosteiros Cistercienses na região das Beiras*, 69

2.1. O MOSTEIRO DE ALCOBAÇA

*No mosteiro d'Alcobaça tudo é grandioso e importante, tudo tem uma história e tudo tem direito ao respeito dos que passam.*²⁹

Embora a carta de doação fosse dada a Bernardo de Claraval em 1153 porD. Afonso Henriques, a construção da igreja do mosteiro em Alcobaça começou em 1178 e veio demorar setenta e quatro anos até ser sagrada. A razão para tão longo tempo de construção foi os ataques dos Mouros que destruíram edifícios. Na altura em que foi construído, o mosteiro



Figura 4 Claustro e fachada sul da igreja em Alcobaça

ficava longe dos assentamentos maiores, de acordo com o ideal cisterciense, na fronteira da região da Estremadura. O modelo para este edifício foi o mosteiro em Claraval, com que Alcobaça tem a mesma planta, as mesmas dimensões e

disposição espacial. Hoje, com as suas grandes dimensões e a notável elegância das proporções, é a igreja maior de Cister e uma das maiores em Portugal. A igreja é composta por três naves, central e laterais, com transepto e deambulatório cobertos por abóbadas de berço. A arquitetura da igreja de Alcobaça é um reflexo da doutrina cisterciense que procura modéstia, humildade, isolamento do mundo e serviço a Deus. Estes valores são possíveis de ver num repertório decorativo de vegetalismos muito simples para os capitéis. Embora hoje esteja

²⁹ M. Natividade, *O mosteiro de Alcobaça – Notas Historicas* (Coimbra, 1885), citado em: Artur Gusmão, *Real Abadiade Alcobaça* (Lisboa: Ulisseia, 1948), 11

preservada em estado parcialmente alterado, com a fachada principal do século XVIII, ainda tem o corpo da igreja, juntamente com a abside e deambulatório, originalmente gótico. Ao lado da igreja fica o mosteiro com todas as instalações relacionadas, refeitório, dormitório, cozinha e até três claustros.

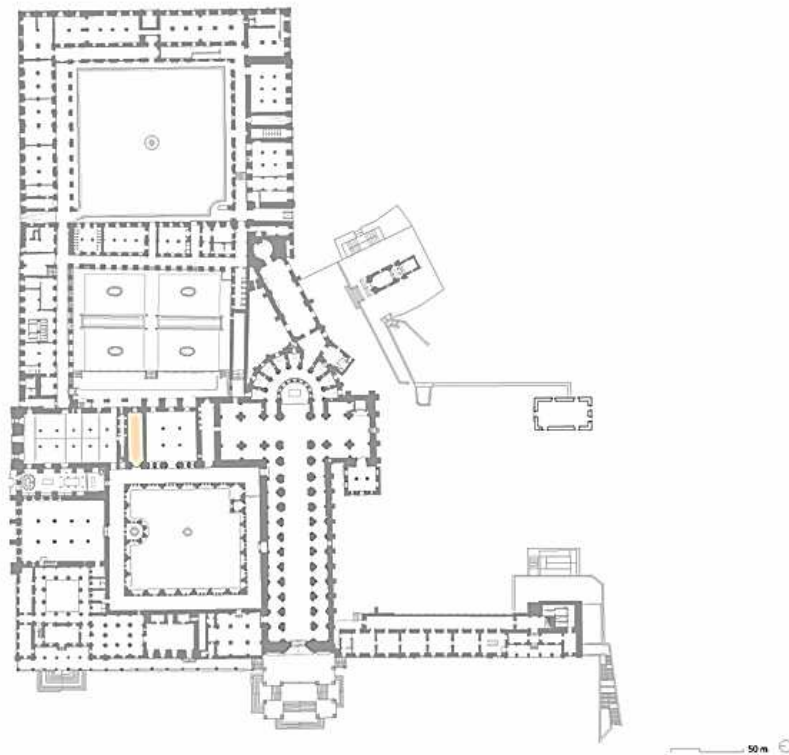


Figura 5 Planta do mosteiro de Alcobaça

Desde a fundação, o impacto desta abadia espalhou-se para a parte ocidental da Península Ibérica. O abade do mosteiro tinha jurisdição sobre terras férteis, treze cidades, quatro portos e dois castelos. O seu título oficial foi *Dom Abade do Real Mosteiro de Alcobaça, do Conselho de Sua Majestade, seu EsmolerMor, Donatário da Coroa, Senhor dos Coutos e Fronteiro-Mor*. As fortes e privilegiadas relações com a família real, e a sua assistência financeira, não pararam durante séculos. Inúmeros benefícios que receberam da família real, tornaram possível povoar as terras com coutos onde estabeleceram granjas que

produziam vários produtos. Este tipo de comunidade era supervisionado pela Igreja. Após algum tempo, os coutos receberam maiores direitos e era-lhes permitido produzir para consumo próprio, com a obrigação de dar uma parte dos produtos ao mosteiro. Os produtos que mais exportavam eram o azeite e azeitonas, nozes, frutas secas e madeira. Outros mosteiros perto do mar e rios exportavam sal e peixe. Quando o rei pediu a ajuda dos cistercienses, para povoar outros territórios do reino, trocaram o seu conhecimento por bens feudais. Com o crescente poder, Alcobaça tornou-se numa tesouraria que fazia circular muito dinheiro e, lentamente, os monges começaram a abandonar os postulados em que foram fundados. Durante o reinado de D. Afonso IV, o papa determinou uma reforma da Ordem de Cister para diminuir o poder que esta tinha. A abadia recuperou o seu poder através do filho de D. Afonso IV, D. Pedro I. A conexão mais forte deste novo pacto pode ser vista nos túmulos de Inês de Castro e D. Pedro, obras-primas da escultura gótica em Portugal e que após restauro, por causa dos danos feitos pelas tropas de Napoleão, refletem as expressões artísticas da época.

2.2. AS PRIMEIRAS ESCULTURAS GÓTICAS

A arte, dentro dum determinado período, nunca se desenvolveu com a mesma intensidade em territórios diferentes. Por exemplo, enquanto em França ocorre o estilo gótico, em alguns países, como na Itália, o estilo românico está no seu auge. A razão da diferença de qualidade de obras executadas no mesmo período é que, por vezes, pela distância, desigualdade de conhecimento e falta de possibilidade financeira, o trabalho era confiado a mestres sem grande educação. Por isso, nas zonas periféricas da Europa, em relação aos pontos focais, encontramos realizações de baixa qualidade, muitas vezes entrelaçadas com influências artísticas locais. Outra razão é que muitos artistas não entendiam bem o estilo, matérias e técnica da altura e somente faziam cópias de outras obras. Mas, graças a uma rede bem desenvolvida de intercâmbio cultural entre cortes europeias e igrejas e mosteiros, foi possível encontrar obras de qualidade excepcional na periferia. Às vezes, eram produzidas por indivíduos locais que se destacavam pelo seu talento ou artistas que tinham vindo de fora. Os principais portadores de realizações modernas eram monges porque tinham poder e dinheiro

para grandes encomendas. Através deste prisma podemos observar as esculturas no transepto da igreja do mosteiro de Alcobaça.

Entre as melhores obras de arte portuguesa destacam-se os túmulos de D. Pedro I. e D. Inês de Castro. A famosa história de amor trágica do rei e a sua amante, e mais tarde a sua mulher, foi o motivo para a execução de esculturas monumentais na segunda metade do século XIV. O testamento do rei, escrito em 1367, testemunha, mais uma vez, a importância da Ordem da igreja e mosteiro de Alcobaça na vida da realeza e do reino. Nele, confirma o local do seu enterramento: [...] *e mandamos deitar o nosso corpo dentro na Igreja do Mosteiro de Alcobaça, no logu hu temos a nossa sepultura* [...].³⁰ Estes monumentos excepcionais na arte portuguesa, não têm precedente nem sucessor. Existem várias teses em relação à sua autoria, sendo até atribuídos a autores estrangeiros. Mas devido à falta de provas documentais, o autor continua desconhecido. Quem quer que tenha sido, o mais provável é não ter trabalhado sozinho e estas obras serem o produto de várias mãos que pertenceram à mesma oficina.³¹



Figura 7 Túmulo de D. Pedro, 1358-1367



Figura 7 Túmulo de D. Inês de Castro, 1358-1367

³⁰ Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *História da arte em Portugal - O gótico*, (Editorial Presença: Lisboa, 2002), 235

³¹ Paulo Pereira, *História da Arte Portuguesa*, Volume 1 (Círculo de Leitores: Lisboa, 1995), 446

Estes túmulos representam uma fonte narrativa de arte medieval. O sarcófago está decorado com edículas em estilo gótico dentro das quais estão esculpidas cenas do Novo Testamento, da *Vida e da Paixão de Cristo*. De todas as cenas, destaca-se a cena do *Juízo Final*, disposta em três registos, sublinhando o lugar que um dia os dois iriam ocupar no Paraíso. A figura esculpida de Dona Inês localiza-se na tampa do sarcófago. Está representada deitada, calma, rodeada de anjos e coroada. O túmulo de D. Pedro segue o mesmo modelo com a figura dele na tampa e cenas narrativas da vida de São Bartolomeu no sarcófago. De acordo com Fernão Lopes, cronista que nos traz a história de amor de Inês e Pedro, o rei era gago, e por isso escolheu a vida de São Bartolomeu que é padroeiro dos gagos.³² Na cabeceira do monumento foram esculpidos motivos da *Roda da Fortuna* e da *Roda da Vida*, estando, entre outras, representadas cenas da vida do casal real, tal como: *D. Pedro e D. Inês a jogarem xadrez*, *D. Inês revelando um dos seus assassinos*, *A degolação de Inês*, *Os assassinos de Inês a serem castigados etc.* Este alto-relevo, como diz Carlos de Almeida, é uma das mais notáveis e ricas realizações plásticas medievais em toda a Europa.³³ Embora o autor destas obras ainda não tenha sido identificado, alguns estudos sugerem que poderia ser um mestre francês por causa da excelência de expressão cultural que pode ser vista nas obras feitas nos melhores centros de produção europeia neste período, em França e Itália. Nesta época, os monges eram portadores de conhecimento e arte, e certamente influenciaram a execução destas obras. Estes túmulos são das obras mais representativas da arte portuguesa da Idade Média, e podem ser comparadas com obras parecidas em França.

³² Almeida, *História da arte*, 239

³³ *Ibid.*

3. AS PRIMEIRAS ESCOLAS PÚBLICAS

Quando falamos sobre o impacto cultural dos cistercienses, não devemos esquecer que eles representam o ramo reformado dos beneditinos, e que respeitam e seguem os ensinamentos de São Bento. Entre outras coisas, a promoção e herança do conhecimento e sabedoria. Temos também de ter em conta que eram a única ordem monástica fundada antes do segundo milénio e por isso, por muito tempo, foram os únicos portadores de conhecimento. Nos tempos instáveis da Idade Média, estes monges ensinaram e herdaram a língua latina, a literatura e a cultura da antiguidade. Nos seus escritórios fizeram inúmeras cópias de livros que depois foram coletadas em bibliotecas próprias. Finalmente, deram uma grande contribuição para o desenvolvimento da ciência e da educação. Cada mosteiro tinha um escritório, onde os monges passavam a maior parte do tempo. Na biblioteca existiam livros de S. Jerónimo, Santo Agostinho, S. Tomás de Aquino e Cassiodoro e por isso hoje encontram-se preservadas as obras dos escritores antigos e primeiros teólogos. Com a vida focada na educação, era compreensível que as primeiras escolas fizessem parte das catedrais e mosteiros, e que tenham sido inicialmente destinadas ao clero e aos membros de comunidades religiosas e monásticas.

Na Alta Idade Média, no início do século XII, começava a surgir, nas escolas cristãs, a escolástica, método filosófico e teológico. Depois de algum tempo, passou a ser ensinada nas universidades de toda a Europa. Eram ensinadas as Artes Liberais, divididas em duas partes, o *Trivium* (Lógica, Gramática e Retórica) e o *Quadrivium* (Aritmética, Música, Geometria e Astronomia). Os livros básicos para ensino e discussão eram os dos filósofos antigos como Aristóteles e Platão, e claro, a Bíblia. Após a Reconquista, no século XII, na Península Ibérica, a escolástica começou-se a divulgar entre os académicos que a combinavam com os conhecimentos científicos árabes.

Desde os seus inícios, os monges ensinaram os noviços que queriam entrar na Ordem nas escolas instaladas nos mosteiros. Por muitos anos, só foi ensinada a Teologia. Mas com a regência de Estêvão Martins no mosteiro de Alcobaça, de 1252 até 1276, a escola passou por

uma reforma e começaram a ensinar a Gramática e a Lógica.³⁴ A contribuição mais importante deste abade é que decidiu abrir a escola a todos (claramente, só os homens). Assim, em 1269 começou a trabalhar a primeira escola pública no ocidente da Europa:

*Por essa razão, Nós, Estêvão Abade, e o nosso Convento de Alcobaça, fazemos saber aos que a presente virem, em como de nosso comum consentimento ordenamos à honra de Deus e da bem-aventurada sempre Virgem sua Mãe e de todos os Santos, e para comum utilidade de nossos Monges e de todos os mais que desejarem adquirir a incomparável riqueza da sabedoria, instituimos em nosso Mosteiro um contínuo e perpétuo Estudo de letras; para conservação do qual, e para sustentação dos Mestres, aplicamos todas as rendas da vila de Alvorninha, com outra fazenda mais no território da vila de Óbidos.*³⁵

O ensino começava pela aprendizagem do alfabeto. Ao mesmo tempo o aluno aprendia a escrever. Após aprender a ler, passava ao estudo do Saltério que decorava. Para esse trabalho precisava, pelo menos, de um ano. Quando já soubesse quase todos os salmos, aprendia a cantá-los. No fim, aprendia os cálculos e alguns problemas simples de aritmética. No segundo ciclo, nos mosteiros mais evoluídos, que tinham relações com a família real, aprendiam-se as palavras latinas e os seus significados com a ajuda da obra de Santo Isidoro. Depois começavam o estudo da Gramática, servindo-se do livro de Donato *Ars Minor* ou das *Etimologias* de Santo Isidoro. A última fase de estudo seria a interpretação literal e alegórica do texto sagrado, a *lectio divina*.

Quando falamos da contribuição dos cistercienses para a educação, não devemos ignorar o que conseguiram na área agrícola. As granjas que estabeleceram, passaram a ser

³⁴ Carlos César Correia Gonçalves, “A escola de Alcobaça”, em *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias* (Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2005), 96

³⁵ Carlos Jaca. “Linhas Gerais sobre a História da Universidade Conimbricense. Das suas origens à Reforma Universitária Pombalina de 1772”, 18. Consultado: 7. 7. 2014. Disponível em: (<http://www.esas.pt/jaca/docs/Historia%20da%20Universidade%20Conimbricense.pdf>)

verdadeiras escolas agrícolas. Como habitavam principalmente nas zonas desabitadas com uma terra não muito fértil, desenvolveram um sistema de melhoramento do solo, que partilhavam com os camponeses. Os conhecimentos que ensinavam eram essencialmente práticos, como a rotação de culturas no campo e outras técnicas. Nas granjas ensinavam os melhores processos de cultivo conhecidos nesta época, principalmente o método de plantar pomares e olivais.³⁶

Na abadia de Santa Cruz em Coimbra, também existia uma escola monástica, onde se leccionou Teologia, Dogmática e Moral, e Medicina. Foi nesta escola onde se formou Fernando Martins, mais conhecido como Santo António de Pádua. A contribuição destes mosteiros para a cultura e a educação portuguesas pode ser vista nos inúmeros manuscritos criados nos seus escritórios.

Com o passar do tempo, as escolas transformaram-se nas universidades onde as matérias principais eram o Direito, a Teologia e a Medicina. Algumas das primeiras universidades foram a Universidade de Bolonha (1088), a Universidade de Paris (1150) e a Universidade de Salamanca (1218). Mas o maior mérito dos mosteiros de Alcobaça e de Santa Cruz, é que os seus abades, juntamente com o abade de São Vicente de Fora, fundaram a primeira Universidade em Portugal, a Universidade de Lisboa, que depois passou para Coimbra.

3.1. A UNIVERSIDADE DE LISBOA

Logo após a fundação da escola de Alcobaça, foi criada a primeira universidade em Portugal. Os priores dos três mais importantes mosteiros no reino, o mosteiro de Alcobaça, o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e o mosteiro de São Vicente Fora em Lisboa, juntaram o seu conhecimento e capacidade financeira e, com o rei D. Dinis e outros representantes monásticos e clérigos, em 1290 fundaram uma universidade em Lisboa, o *Estudo Geral Português*. O documento original de petição que enviaram ao papa em 1288 existiu na Torre

³⁶ Ernesto Korrodi, *Alcobaça: estudo histórico-arqueológico e artístico da real Abadia de Santa Maria de Alcobaça* (Porto: Litografia Nacional, 1929), 60

do Tombo, mas com o tempo desapareceu. Existem cópias e uma delas foi inserida num cartulário.³⁷ A fundação foi comprovada pela bula do Papa Nicolau IV, *De Statu regniportugalie*, dois anos depois, em 1290. Com a assinatura do documento *Scientiae thesaurus mirabilis*, o rei D. Dinis concedeu inúmeros privilégios aos estudantes e à universidade, entre os quais, o apoio financeiro da realeza. A universidade foi financiada também pelas rendas fixas da Igreja. Desta forma foi fácil sustentar os professores, mas também garantir menos custos para os estudantes. A primeira localização teria sido, segundo o olisipógrafo Augusto Vieira da Silva, na freguesia de Santo Estevão de Alfama, em Lisboa, num local denominado *Cruz* e que deu o nome à porta – Porta da Cruz - da muralha da cidade: *Este local da porta da Cruz acha-se nobilitado por ter sido aí porventura a primeira, ou uma das primeiras instalações dos estudos ou escolas que são a origem da nossa Universidade de Coimbra.*³⁸

Na universidade eram ensinadas as seguintes matérias: Arte, Direito Canónico, Direito Civil e Medicina. O ensino da Teologia era reservado aos franciscanos e dominicanos. A fundação da universidade pode ser vista como uma iniciativa da Coroa portuguesa e da Igreja cujo objetivo foi europeizar Portugal durante o reinado de D. Dinis. Em vários documentos refere-se a construção dos edifícios para escola. Num documento de 1291, refere-se um

³⁷ Ao Santíssimo Padre e Senhor, pela Divina Providência Sumo Pontífice da Sacrossanta Igreja de Roma. Nós, devotos filhos vossos, o Abade de Alcobaça, o Prior de Santa Cruz de Coimbra, o Prior de S. Vicente de Lisboa, o Prior de Santa Maria de Guimarães, secular, e o Prior de Santa Maria de Alcáçova de Santarém, e os Reitores das Igrejas de S. Leonardo de Atouguia, de S. Julião, e de S. Nicolau, e Santa Iria, e Santo Estêvão de Santarém, de S. Clemente de Loulé, de Santa Maria de Faro, de S. Miguel e Santa Maria de Sintra, de Santo Estêvão de Alenquer, de Santa Maria, S. Pedro e S. Miguel de Torres Vedras, de Santa Maria de Gaia, da Lourinhã, de Vila Viçosa, da Azambuja, de Sacavém, de Estremoz, de Beja, de Mafra, e do Mogadouro, beijamos devotadamente vossos pés bem-aventurados. [...] Nós, os acima mencionados, em companhia de pessoas religiosas, prelados, e outros, assim clérigos como seculares dos Reinos de Portugal e Algarve, havida plenária deliberação no caso, intervindo a inspiração divina e movendo-nos a particular e comum utilidade, considerámos ser mui conveniente aos Reinos sobreditos e a seus moradores, ter um estudo geral de ciências, por vermos que à falta dele, muitos desejosos de estudar e entrar no estado clerical, atalhados com a falta de despesas e descômodos dos caminhos largos e ainda dos perigos de vida, não ousam e temem ir estudar a outras partes remotas receando estas incomodidades, de que resulta apartar-se do seu bom propósito e ficar no estado secular contra vontade. [...] Ouvida por este Rei, e admitida a nossa petição benignamente, com consentimento dele que é o verdadeiro padroeiro dos Mosteiros e Igrejas sobreditas, se assentou entre nós que os salários dos Mestres e Doutores se pagassem das rendas dos mesmos Mosteiros e Igrejas taxando logo o que cada uma havia de contribuir, reservando a cômgrua sustentação. [...] em: Luciana de Araujo, “Universidade de Coimbra (1290 - 1559): Origens, transferência, percalços, reformas e consolidação”, (PhDdiss., Universidade Estadual de Maringá, 2012). 28

³⁸ Augusto Vieira da Silva, *Locais onde funcionou em Lisboa a universidade dos Estudos* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919), 4

terreno onde o rei mandou fazer as casas para a escola.³⁹ Um dos melhores conhecedores da história medieval de Portugal, José Mattoso, diz que a universidade foi oficialmente fundada pelo rei e aprovada pelo poder eclesiástico:

*A Universidade abriu suas portas, como já foi observado, quando estava a terminar o conflito entre D. Dinis e os bispos, ou seja, pouco antes da assinatura da concordata aprovada pelo papa em Março de 1289 e do levantamento, em 31 de Junho de 1290, do interdito que desde 1267 pesava sobre o reino.*⁴⁰

O modelo para a organização do estudo, como para a maioria das universidades desta época, foi a Universidade de Bolonha, mas também a Universidade de Salamanca, fundada em 1218. Portanto, o material ensinado, na maioria das universidades, era o mesmo. Nas aulas de gramática foi estudada a obra de Prisciano, *Gramática* e nas aulas de lógica algumas de Aristóteles. Os estudantes que frequentavam Direito precisavam de saber bem o *Dekretum*, livro escrito por Graciano, e outros que estudavam Medicina, os livros de Hipócrates, Galeno e Avicena. As aulas consistiam em duas partes, *lectio* e *disputatio*. Os estudantes liam os textos, interpretavam-nos e discutiram os mesmos. Dependendo de quantos anos estudavam, os estudantes atingiam um determinado grau. O grau mais baixo, o de bacharel, correspondia a três anos de estudos. Os que frequentavam estudos por quatro anos, obtinham o grau de licenciado, e ao fim de cinco anos, o grau de mestre.

A universidade ficou em Lisboa até ao ano de 1309 quando transitou para Coimbra. Durante este século, a universidade não teve um lugar fixo, sendo várias vezes transferida entre Lisboa e Coimbra. Em 1537, o rei D. João III instalou-a definitivamente em Coimbra.

³⁹ *Ibid.*, 5

⁴⁰ José Mattoso, “A Universidade e a sociedade”, em: *História da Universidade em Portugal (1290-1536)* Vol. I, (Coimbra: Universidade de Coimbra e Fundação Calouste Gulbenkian, 1997), 305

4. PRODUÇÃO ESCRITA

*O claustro sem livros é o túmulo dum homem vivo.*⁴¹

Seria impossível falar da história da literatura portuguesa sem mencionar os cistercienses. Com as suas escolas, e depois com a universidade, as bibliotecas e os escritórios, eram portadores da palavra escrita e conhecimento da Antiguidade. A Biblioteca Nacional de Portugal e o Instituto dos Arquivos Nacionais (*Torre do Tombo*) guardam numerosos manuscritos e códices de proveniência cisterciense. Hoje, os livros que pertenciam à biblioteca do mosteiro de Alcobaça estão guardados na Biblioteca Nacional, e os livros do mosteiro de Santa Cruz fazem parte do fundo da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Estas duas bibliotecas herdaram as coleções mais valiosas de livros de várias áreas e temáticas. Graças ao grande número de hagiografias preservadas, como por exemplo, as de Santo António, e crónicas, peças originárias dessas bibliotecas, hoje representam uma grande fonte histórica para pesquisadores da história medieval de Portugal, não só para história clerical, mas também secular, educacional, económica e social. Muitas destas peças ainda não foram objecto de pesquisa científica. Para facilitar a pesquisa de vários materiais, foram publicados catálogos de livros⁴², mas apenas para grandes bibliotecas, enquanto que, para as bibliotecas mais pequenas, e não menos importantes, ainda não se sabe totalmente o que possuem. Entre as obras mais populares encontram-se as de temática religiosa, como hagiografias, escritos místicos e epístolas. A razão de tanta quantidade e riqueza de livros que estes dois mosteiros mais poderosos possuíam, era o fato de que ambos tinham escolas e os livros que eram necessários para o ensino de jovens ávidos de saber. Outra razão é que, segundo a regra de S. Bento, cada monge tinha de ter e ler a sua cópia. A maioria deles era somente considerada como fonte histórica, mas não como modelo literário. Ali mesmo podemos encontrar as raízes

⁴¹*Cum otio sine litteris mors et vivi hominis sepultura fore dignoscatur (Statuta 1454. In: CANIVEZ – Statuta Cisterciantia, T. IV, 714-715)*, citado em: José Amadeu Coelho Dias, “As bibliotecas nos mosteiros da antiga congregação beneditina portuguesa”, em: *Cultura, Espaço, Memória* vol. 2 (2011), 139

⁴² AMOS, Thomas L., *The Fundo Alcobaça of the Biblioteca Nacional. Lisbon*, 3 vols., (Collegeville (Minnesota): Hill Monastic Manuscript Library, 1988-1990); CRUZ, António, *Santa Cruz de Coimbra a cultura portuguesa medieval*, vol.1: *Introdução ao catálogo dos códices medievais de Santa Cruz existentes na Biblioteca Pública Municipal*, (Oporto: Biblioteca PublicaMunicipal do Porto, 1963)

da língua portuguesa, nas obras transcritas do latim, grego, hebraico, árabe e das línguas germânicas.⁴³ Muitas destas obras influenciaram a literatura de Portugal. Uma delas é a *Visão do Túndalo*, uma visão escatológica da viagem para o além, que tem as suas raízes na mitologia antiga.⁴⁴ Foi escrita no século XII, na Irlanda e daqui espalhou-se por toda a Europa. Esta obra foi uma das primeiras traduzidas da língua latina para a língua portuguesa. Hoje temos preservadas duas versões portuguesas nos manuscritos provenientes do mosteiro de Alcobaça (uma no *Códice 244* na Biblioteca Nacional, e outra no *Códice 266* na Torre do Tombo), provavelmente ambas feitas no século XV.⁴⁵ A razão da popularidade desta temática foi o facto da Igreja Católica a ter utilizado para difundir as glórias e as punições às quais os cristãos estariam sujeitos se não cumprissem com as doutrinas religiosas indicadas por esta instituição.⁴⁶

Outra obra introduzida na cultura portuguesa foi a *Vita Christi* de Ludolf da Saxonia, traduzida por Frei Bartolomeu de Alcobaça. Uma parte desta obra foi incluída na obra de D. Duarte, *Leal Conselheiro*.⁴⁷ Esta obra foi uma espécie de livro didático, destinado à realeza, com vários conselhos baseados na escolástica de São Tomás de Aquino. Na cópia que hoje pertence à Bibliothèque Nationale de France, e que é o único manuscrito completo, no capítulo 87 surge reproduzida parte da *Vita Christi*. As traduções da *Vita Christi* também existem noutros manuscritos produzidos no mosteiro de Alcobaça.⁴⁸ Um grande número de obras produzidas pelos monges cistercienses foi destruído, primeiro com a dinastia dos Filipes em Portugal, e depois com o vandalismo das tropas francesas no início de século XIX.

⁴³ Rosalina Merlo, “Cister na literatura portuguesa”, em: *ACTAS do colóquio internacional - Cister: Espaços, Territórios, Paisagens* (Lisboa: Ministério da Cultura/IPPAR, 2000), 258

⁴⁴ Kristina Štrkalj Despot, “Asindetske složene strukture u Tundalovu viđenju”, em: *Rasprave Instituta za hrvatsko jezikoslovlje* 30 (2004), 181

⁴⁵ Kenner Roger Cazotto Terra, Francisco Benedito Leite, “A visão de túndalo – Introdução, leitura e recepção”, em: *Oracula* 12(2011), 301

⁴⁶ Adriana Zierer; Solange Pereira Oliveira, “Diabo versus salvação na Visão de Túndalo”, em: *Opsis* (2010), 44

⁴⁷ Rosalina Merlo, “Cister na literatura portuguesa”, 259

⁴⁸ No fundo de Biblioteca Nacional de Portugal: *Códice Alcobacense 279/451* (1ª metade do século XV); *Códice Alcobacense 280/452* (1ª metade do século XV); *Códice Alcobacense 281/453* (1ª metade do século XV); *Códice Alcobacense 477/219* (cópia de fins do século XV).

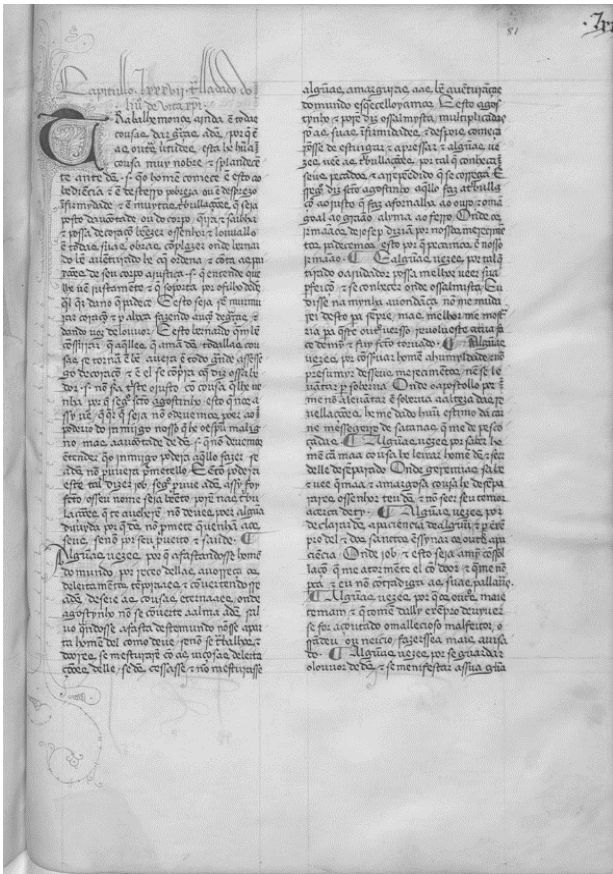


Figura 8 D. Duarte, Vita Christi (Leal Conselheiro), (1437-1438), f 82

Seria errado pensar que só copiaram obras de literatura, e não deram uma contribuição própria. Na realidade, estiveram envolvidos na criação da literatura portuguesa. Com a fundação do reino de Portugal, no plano literário ocorreu um primeiro movimento da língua portuguesa – o *Trovadorismo*, que teve a sua origem no sul da França, especificamente na Provença, e de onde se espalhou por Itália, Espanha e Portugal. O Padre José Agostinho de Macedo, na sua obra,⁴⁹ destaca Gonçalo Hermingues como primeiro trovador. Este contemporâneo do primeiro rei foi um cavaleiro que

lutou contra os Mouros e, segundo a lenda, apaixonou-se pela filha de um rei mouro, Fátima. Ele conquistou o coração da jovem moura com as suas trovas. Apesar de viver um grande amor, o coração de Fátima não podia sustentar tantas saudades da família e um dia caiu morta. Gonçalo Hermingues, inconsolável, tornou-se monge na abadia de Alcobaça.⁵⁰

Mas o maior impacto e produção escrita aconteceu no início do século XV quando o mosteiro de Alcobaça começou a formar oficiais cronistas e historiadores do reino.

⁴⁹ Parecer sobre a Historia Chronologica e Critica da Real Abadia de Alcobaça da Congregação Cisterciense de Portugal para servir de continuação a Alcobaça Illustrada do chronista mor Frei Mano dos Sanctos e por Frei Fortunato de São Bonaventura

⁵⁰ Rosalina Merlo, “Cister na literatura portuguesa“, 259

4.1. MONARQUIA LUSITANA

No século XV o rei D. Duarte criou cargo de cronista-mor, historiador, que tinha a tarefa de escrever a história do reinado. O primeiro a ocupar este lugar foi Fernão Lopes, que foi nomeado para esta posição em 1434 para escrever uma crónica dos reis portugueses. Desde o início da sua carreira esteve envolvido nos assuntos da corte, trabalhando como secretário de muitas pessoas nobres. Em 1418 foi nomeado guarda-mor da Torre do Tombo, o arquivo real, onde tinha acesso a muitos documentos que o ajudaram a escrever a história de Portugal. Nos séculos seguintes, os monges da Ordem de Cister tiveram o privilégio de executar o trabalho de cronista-mor do reino Portugal. Mas num período do século XVII, com a chegada dos reis



Figura 9

António Brandão - *Terceira parte da Monarchia lusitana* : que contém a historia de Portugal desde Conde Dom Henrique, até todo o reinado del Rey Dom Afonso Henriques.

espanhóis ao trono do reino de Portugal, este cargo foi ocupado por D. Manuel de Meneses. Os cistercienses ficaram com outro trabalho, a revisão e a redação da Monarquia Lusitana, com o frei António Brandão como responsável.

A Monarquia Lusitana, foi um projeto do Frei Bernardo Brito, cronista-mor de Portugal, que deveria abranger a história de Portugal desde as suas origens até à sua época em oito volumes, mas foi-lhe apenas possível concretizar dois deles. A obra deste historiador foi muito criticada por interpretar factos históricos sem uma abordagem científica e por falsificar documentos à época. O maior crítico foi Diogo de Paiva de Andrade, filho do ex-cronista-mor, indignado por não ter sido nomeado para esta posição.

Quando faleceu em 1617, o trabalho nesta obra monumental continuou com Frei António Brandão.

Frei António Brandão entrou para a Ordem de Cister no fim do século XVI. Estudou filosofia e teologia na universidade de Coimbra e ficou com o grau de doutor de Teologia em 1621. Durante dez anos coletou mais de 10 volumes de apontamentos. Podemos dizer que tinha uma abordagem científica porque estudou documentos e cartas de fundação de mosteiros, vilas, igrejas e cidades e outros escritos no Real Arquivo da Torre de Tombo. O objetivo dele foi escrever uma história clara e verdadeira, baseada nas fontes históricas, com todas as datas memoráveis do reino. Escreveu a genealogia dos monarcas portugueses com as datas de nascimento e morte, funções, brasões das famílias e todos os privilégios que deram às igrejas e mosteiros. Depois de algum tempo, tomou como ajudante o seu sobrinho, Frei Francisco Brandão. Deste trabalho saíram dois volumes da Monarquia Lusitana, a terceira e quarta partes, dedicados ao reinado de D. Sancho I e D. Afonso II. Entre outros, deixou vários manuscritos de obras históricas, poéticas e piadas.⁵¹ Depois foi nomeado cronista-mor do reino de Portugal, e podemos considerá-lo como o primeiro historiador científico de Portugal pela sua contribuição não só para a história de Portugal, mas também para a língua e literatura.⁵²

Embora esta obra aborde a história de Portugal, não deve ser entendida como uma fonte histórica com uma abordagem historiográfica, mas como uma leitura que contém factos históricos interligados com mitos e lendas cujo objetivo final era a glorificação do povo português ao longo da história. Este objectivo é fácil de compreender se nos lembrarmos que foi escrita durante o período filipino (1580-1640), no período em que Portugal perdeu a sua autonomia e o reino de Portugal foi submetido à coroa espanhola. A história de Portugal, com uma abordagem científica e historiográfica, não vai ser escrita até ao século XIX. Só o será com Alexandre Herculano, que foi um dos críticos mais ferozes da historiografia medieval.

⁵¹*Constituições que se devem observar pelos Estudantes; Mestres, e Doutores da Congregação de Cister; Fundações dos Mosteiros de Cister deste Reyno; Monasterii Alcobaciensis primordia, progressus, e praerogativae.*

⁵²Frei António Brandão. Em Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [Consult. 2014-06-16]. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$frei-antonio-brandao](http://www.infopedia.pt/$frei-antonio-brandao)>.

5. A ORDEM DE CISTER ATÉ À ABOLIÇÃO DAS ORDENS MONÁSTICAS

A partir do século XIV começou o declínio desta ordem não só em Portugal, mas em toda a Europa em geral. As razões desta diminuição de poder e influência são muitas. O número de noviços que queriam entrar para a ordem estava a diminuir. O dinheiro era pouco perante as necessárias reconstruções de edifícios de mosteiro e igrejas. Mas, existem outros acontecimentos históricos que tiveram impacto no papel que tinham no reino de Portugal, nomeadamente a pandemia de peste em meados do século e a *Guerra dos Cem Anos*(1337-1453) que resultaram em muitas casas queimadas e vazias. Só de peste morreram 150 monges em três meses. O Cisma do Ocidente provocou a centralização de controlo durante o papado em Avinhão e os mosteiros começaram a dar mais importância ao aspeto económico. Passaram ao regime de comenda, à frente das abadias não ficariam monges, mas membros do clero secular que assim aumentavam as suas rendas.⁵³

O sistema dos mosteiros com Alcobaça como casa-mãe estava a enfraquecer. Passou muito tempo até a abadia recuperar a posição que tinha na Idade Média. As visitas, exigidas pelo rei, confirmam que no século XVI, na abadia de Alcobaça, viviam só 40 monges, dos quais 5 eram noviços. No mosteiro de Tarouca viviam só 8 monges. Em 1559 o Papa Pio V confirmou a fundação da congregação portuguesa dos mosteiros cistercienses, oficialmente nomeada *Congregação de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo nos Reinos de Portugal e do Algarve*. Com a congregação os mosteiros ficaram com uma grande autonomia e desde este momento deixaram de estar subordinados ao mosteiro de Claraval, ficando sob a tutela do mosteiro de Alcobaça.

⁵³Maria Alegria Fernandes Marques, “A Ordem de Cister em Portugal na transição da Idade Média aos tempos modernos”, em: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*. (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006), 125

Os abades portugueses, que não frequentavam o Capítulo Geral da Ordem há anos, conseguiram receber este privilégio do Papa através do cardeal D. Henrique⁵⁴, que, em sinal de gratidão, foi nomeado primeiro administrador da congregação. Agora, todos os mosteiros ficavam subordinados ao mosteiro de Alcobaça, o que não fez grande diferença porque desde o século XV Alcobaça tinha o privilégio de fazer visitas em todos os mosteiros cistercienses em Portugal.

Desde então começou um novo crescimento dos cistercienses em Portugal. Receberam o novo estilo barroco de braços abertos e renovaram igrejas num estilo sumptuoso, esquecendo os postulados em que foram fundados. Era uma reação ao protestantismo que defendia a simplicidade e modéstia na arquitetura.⁵⁵ Com autonomia, muitos mosteiros não podiam autossustentar-se e por isso foram abolidos. Depois do terramoto em 1755, muitos mosteiros destruídos foram reformados ou incorporados noutros maiores. A chegada do século XIX, que será fatal para os cistercienses, foi marcada por reações anticlericais, consequência da Revolução Francesa. As tropas de Napoleão causaram danos no património cultural, principalmente nos mosteiros de Alcobaça, Batalha e no mosteiro dos Jerónimos em Belém. Em 1833, após as *Guerras Liberais* (1828-1838), entre Liberais (que apoiavam D. Pedro) e Miguelistas (que apoiavam D. Miguel), os monges abandonaram Alcobaça, ficando com medo da expulsão como retaliação do apoio que deram a D. Miguel.⁵⁶ Após as *Guerras Liberais*, no dia 30 de Maio de 1834, D. Pedro publicou o decreto de abolição das ordens religiosas, no qual proíbe o trabalho a todos os conventos, mosteiros, hospícios, escolas e outras instituições

⁵⁴D. Henrique era filho do rei D. Manuel e da sua segunda mulher D. Maria. Aos 14 anos foi nomeado prior comendatário em Santa Cruz em Braga, e aos 20 anos foi nomeado arcebispo de Braga. Quando se tornou arcebispo de Évora, transformou a cidade num centro cultural. Politicamente, destacou-se depois da morte de D. João III, quando foi nomeado regente durante a infância de D. Sebastião. Com a subida ao trono do jovem rei, o cardeal teve um importante papel na vida política até à divergência de opinião entre eles, quando foi forçado a retirar-se para o mosteiro de Alcobaça. Após a morte de D. Sebastião, subiu ao trono do reino de Portugal. Tentou renunciar aos seus votos religiosos e casar-se para assegurar a descendência e continuação da dinastia de Avis, mas o Papa Gregório XII recusou liberá-lo, evitando assim a raiva do rei castelhano Filipe II, que tinha pretensões ao trono de Portugal. Como já era demasiado velho para combater Filipe II, nomeou uma regência de cinco governadores para substituí-lo, o que provocou a perda da independência de Portugal. Mais: Alvaro Lobo, Miguel de Moura, *Chronica do cardeal rei D. Henrique: e Vida de Miguel de Moura* (Lisboa: Typographia da Sociedade propagadora dos conhecimentos uteis, 1840); Nuno Miguel Magarinho Bessa Moreira, *Cardeal D. Henrique: Um pensamento em acção (1539-1578)* (Tese de mestrado: Universidade de Porto, 2004).

⁵⁵Martins, "From order to congregation", 16

⁵⁶Durante a história, o território que ficava sob a administração da abadia de Alcobaça não foi obrigado a recrutar homens para as tropas do rei. Os monges de Alcobaça, como toda a Igreja, escolheram o lado dos Miguelistas e formaram um grupo voluntário dos seus coutos que batalharam com as tropas de D. Miguel.

que pertenciam às ordens. Toda a infraestrutura, terra e edifícios foram secularizados e nacionalizados. Complexos religiosos foram vendidos nos leilões públicos e depois ficaram com outra função:

Em vez de demolir para reutilizar materiais, o Mosteiro é ocupado, adaptado e reconvertido, mas salvo. Câmara Municipal, Tribunal, Prisão, Escolas, Bancos, Telégrafo, etc. Refeitório transformado em Teatro e casa de Cultura durante cerca de noventa anos. Demolições a norte para a abertura da Rua da Mala Posta (Rua D. Pedro V, durante mais de um século a estrada nacional Lisboa/Porto). Ocupação pela Instituição Militar (Cavalaria 9, Cavalaria 4 e Artilharia 1) dos Claustros do Cardeal e do Rachadouro, incluindo o Dormitório Medieval e, temporariamente, a Sala do Capítulo. Construções seculares no jardim do Obelisco. Residência primeiro, Asilo de Velhinhos depois e Jardim Romântico Maria e Oliveira na Ala Sul.⁵⁷

Às monjas, mas não aos monges, foi permitido ficar nos edifícios do mosteiro até que a última delas morresse. No fim do século XIX, algumas ordens voltaram para Portugal e reavivaram os seus mosteiros e negócios. Mas isso não durou muito tempo, porque com a proclamação da Primeira República em 1910, numa atmosfera anticlerical, foram proibidos de novo. Com a ascensão do Estado Novo, beneditinos, franciscanos, dominicanos, carmelitas e jesuítas, retornaram ao país, mas os cistercienses nunca regressaram.

⁵⁷ „Ocupação“, em Mosteiro de Alcobaça. Consultado: 25.08.2014. Disponível em: http://www.mosteiroalcobaca.pt/pt/index.php?s=white&pid=213&identificador=at251_pt.doc

6.CONCLUSÃO

Neste trabalho, que apresenta a cronologia e a evolução da Ordem de Cister em Portugal, é notável como a evolução da Ordem segue o crescimento do reino de Portugal, as suas subidas e descidas. Com a decisão do Papa, quem forçou o rei D. Afonso Henriques a doar a terra aos cistercienses em vez de legitimar a coroa portuguesa, começou a atividade deles, que podemos dividir em dois períodos. Primeiro período, período medieval, começou com a fundação dos primeiros mosteiros e durou até ao século XV. Durante esse período, foram construídas as melhores obras de arquitetura medieval em Portugal e outras obras-primas de arte. O segundo período começou com a chegada da dinastia dos Filipes a poder. Neste período foi fundada a congregação autónoma, durante a qual criaram obras literárias, principalmente obras historiográficas porque executavam o papel de cronista-mor do reino. Nestes séculos o seu impacto político veio primeiro o que finalmente, no século XIX, causou a expulsão dos monges da abadia de Alcobaça.

O papel que tinham ao longo da história tem várias características. A primeira é, naturalmente, religiosa, que teve grande importância na conversão religiosa do povo nas zonas libertadas dos mouros. A segunda é política; as fortes ligações políticas com os reis foram a maneira de solidificar a sua posição e proteger os seus interesses, e com os seus conselhos influenciaram decisões do rei. O caráter cultural das suas ações pode ser visto em vários níveis. Em termos de arte, eles posicionaram Portugal no mapa de Europa contemporânea trazendo conhecimento técnico de arte gótica, não só na arquitetura, mas também na escultura (por causa da conquista dos Mouros encontramos pouca arte românica em Portugal). A herança constante de autores antigos contribuiu para o desenvolvimento da língua e literatura portuguesa. Os monges cistercienses educaram o povo português nos primeiros séculos do reino, porque foram os primeiros professores em escolas e universidades.

Do ponto de vista de hoje podemos sem modéstia considerá-los pioneiros da arte gótica, transportadores e depositários do conhecimento e da história, „guardiões“ do reino, e excelentes engenheiros e especialistas da agricultura. Devido ao crescente interesse no papel dessa ordem na história de Portugal, nos últimos anos tem publicado muitos trabalhos envolvidos no estudo do papel dos Cistercienses em vários campos de atividade, e este trabalho é apenas uma pequena contribuição para a avaliação geral da ação dos Cistercienses na Idade Média em Portugal.

LITERATURA

1. Almeida, Carlos Alberto Ferreira. *História da arte em Portugal - O gótico*. Editorial Presença: Lisboa, 2002.
2. Araujo, Luciana de. “Universidade de Coimbra (1290 - 1559): Origens, transferência, percalços, reformas e consolidação”, PhD diss., Universidade Estadual de Maringá, 2012.
3. Despot, Kristina Štrkalj. “Asindetske složene strukture u Tundalovu viđenju”, *Rasprave Instituta za hrvatsko jezikoslovlje* 30 (2004)
4. Dias, José Amadeu Coelho. “As bibliotecas nos mosteiros da antiga congregação beneditina portuguesa”, *Cultura, Espaço, Memória* vol.2 (2011)
5. Gomes, Álvaro Cardoso., Campos, Alzira Lobo de Arruda e Teixeira, Eliane de Alcântara. “O sebastianismo: uma reflexão histórica e literária do mundo”, *Lux et virtus* 10 (2014)
6. Gonçalves, Carlos César Correia. “A escola de Alcobaça”, *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias* (2005)
7. Gusmão, Artur. *Real Abadia de Alcobaça*. Lisboa : Ulisseia, 1948.
8. Harpham, Geoffrey Galt. *On the Grotesque: Strategies of Contradiction in Art and Literature*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1982.
9. Kinder, Nancy. *Cistercian Europe: Architecture of Contemplation*. Grand Rapids, Mich.: W.B. Eerdmans Pub. Co., 2002.
10. Korrodi, Ernesto. *Alcobaça: estudo histórico-arqueológico e artístico da real Abbadia de Santa Maria de Alcobaça*. Porto: Litografia Nacional, 1929.
11. Marques, Antonio Henrique R. de Oliveira. *Daily life in Portugal in Late Middle Ages*. Madison: University of Wisconsin Press, 1971.
12. Marques, Maria Alegria Fernandes. "A Ordem De Cister Em Portugal Na Transição Da Idade Média Aos Tempos Modernos." *Estudos Em Homenagem Ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.

13. Martins, Ana Maria Tavares. *Os Mosteiros Cistercienses na Região das Beiras*. Viseu: Quartzo Editora, 2012.
14. Mattoso, José, “A cultura monástica em Portugal”, *Arquivos de História da Cultura Portuguesa* Vol 3. Nº2, 1969.
15. Mattoso, José. “A nobreza medieval portuguesa e as carentes monásticas dos séculos XI e XII”, *Revista de História Económica e Social* 3/4 (1982)
16. Mattoso, José. “A Universidade e a sociedade”, *História da Universidade em Portugal (1290-1536) Vol.I*. Coimbra: Universidade de Coimbra e Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
17. Nascimento, Cláudio Reichert. “Joaquim de Fiore: Trindade, história e milenarismo - Joachim of Fiore: Trinity, history and millenarism“, *Mirabilia - Revista electronica de Antiguidade e Idade Média*, 14 (2012)
18. Pereira, Paulo. *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.
19. Pereira, Paulo. *2000 anos de arte em Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 1999.
20. Real, Manuel Luis. “A construção cisterciense em Portugal durante a Idade Média”, em: *Arte de Cister em Potrugal e Galiza*. Lisboa: Fundação Gulbenikan, 1998.
21. Silva, Augusto Vieira da. *Locais onde funcionou em Lisboa a universidade dos Estudos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919.
22. Terra, Kenner Roger Cazotto., Leite, Francisco Benedito. “A visão de túndalo – Introdução, leitura e recepção”, *Oracula* 12 (2011)
23. Toman, Rolf. *Gothic: Architecture, Sculpture, Painting*. Königswinter: Ullmann & Konemann, 2007.
24. Zierer, Adriana; Oliveira, Solange Pereira. “Diabo versus salvação na Visão de Túndalo”, *Opsis* (2010)